



# RELATÓRIO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

PILAR 3 - Transparência

4º Trimestre / 2025

Resolução CMN / BACEN nº 4.557 / 2017

Resolução BACEN nº 54 / 2020

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>4</b>
<b>1 O BANCO DA AMAZÔNIA</b> .....	<b>4</b>
<b>2 INDICADORES PRUDENCIAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS</b> .....	<b>5</b>
2.1 INFORMAÇÕES QUANTITATIVAS SOBRE OS REQUERIMENTOS PRUDENCIAIS .....	6
<b>3 VISÃO GERAL DO GERENCIAMENTO DE RISCOS DA INSTITUIÇÃO (OVA)</b> .....	<b>8</b>
3.1 GOVERNANÇA EM GESTÃO DE RISCOS E CAPITAL .....	9
3.2 APETITE A RISCO .....	10
3.3 POLÍTICA DE GESTÃO INTEGRADA DE RISCOS E CAPITAL.....	10
3.4 TESTE DE ESTRESSE .....	11
3.5 GESTÃO DE CAPITAL.....	11
<b>4 RISCO DE MERCADO</b> .....	<b>13</b>
4.1 INFORMAÇÕES QUALITATIVAS SOBRE O GERENCIAMENTO DO RISCO DE MERCADO ( MRA).....	13
4.2 ABORDAGEM PADRONIZADA: FATORES DE RISCO ASSOCIADOS AO RISCO DE MERCADO (MR1).....	16
<b>5 RISCO DE CRÉDITO</b> .....	<b>17</b>
5.1 INFORMAÇÕES QUALITATIVAS SOBRE O GERENCIAMENTO DO RISCO DE CRÉDITO (CRA).....	17
5.2 QUALIDADE CREDITÍCIA DAS EXPOSIÇÕES (CR1).....	21
5.3 MUDANÇAS NO ESTOQUE DE OPERAÇÕES EM CURSO NORMAL.....	22
5.4 INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE A QUALIDADE CREDITÍCIA DAS EXPOSIÇÕES (CRB).....	22
5.5 INFORMAÇÕES QUALITATIVAS SOBRE O GERENCIAMENTO DO RISCO DE CRÉDITO DE CONTRAPARTE (CCR) (CCRA).....	26
<b>6 RISCO DE LIQUIDEZ</b> .....	<b>26</b>
6.1 INFORMAÇÕES QUALITATIVAS SOBRE O GERENCIAMENTO DO RISCO DE LIQUIDEZ (LIQA ).....	27
<b>7 RISCO DE OPERACIONAL</b> .....	<b>28</b>
7.1 INFORMAÇÕES QUALITATIVAS SOBRE O GERENCIAMENTO DO RISCO OPERACIONAL (ORA)....	28
7.2 GESTÃO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS (GCN).....	29
7.3 COMPOSIÇÃO DO INDICADOR DE NEGÓCIOS (BI) (OR2) .....	29
7.4 REQUERIMENTO DE CAPITAL PARA O RISCO OPERACIONAL (OR3) .....	30
<b>8 RISCO SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICO</b> .....	<b>30</b>
<b>9 IRRBB</b> .....	<b>31</b>
9.1 DEFINIÇÕES - IRRBBA.....	31

9.2 GERENCIAMENTO DO IRRBB.....	32
9.3 ABORDAGEM PADRONIZADA PARA O CÁLCULO DO IRRBB.....	33
<b>10 INFORMAÇÕES QUALITATIVAS SOBRE O GERENCIAMENTO DE RISCO DAS EXPOSIÇÕES DE SECURITIZAÇÃO (SECA).....</b>	<b>34</b>



## APRESENTAÇÃO

Em atendimento ao que dispõem o art. 56 da Resolução CMN 4.557/2017 e Resolução BACEN 54/2020, o Banco da Amazônia publica o presente Relatório, auditado pela área de Gestão de Riscos sob a responsabilidade do CRO, com o objetivo de apresentar informações referentes a indicadores prudenciais e gerenciamento de riscos e aos indicadores de liquidez, conforme prevê a Política de Gestão Integrada de Riscos e Capital, que traz as diretrizes para a divulgação de informações.

Na forma do art. 56, da Resolução CMN 4.557/2017, o presente relatório descreve a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital. Em conformidade com a regulamentação vigente, as informações relativas à referida estrutura, tópico 3 deste Relatório, são de responsabilidade do CRO.

Recomenda-se a leitura deste documento em conjunto com as demais informações divulgadas pela Instituição, disponíveis no site <https://ri.bancoamazonia.com.br/informacoes-financeiras/central-de-resultados/>.

### 1 - O BANCO DA AMAZÔNIA

O Banco da Amazônia S.A. (BASA) caracteriza-se como banco de desenvolvimento regional, com atuação focada no desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal. É controlado pelo Governo Federal e agente na implementação de políticas públicas e programas de desenvolvimento.

O Banco tem por missão: “Desenvolver uma Amazônia Sustentável com crédito e soluções eficazes”, por meio da definição de critérios rigorosos na análise do crédito, parcerias estratégicas e ações relevantes para Instituição, o aprimoramento da eficiência de seus processos, a segurança e produtividade de seus negócios, a modernização tecnológica, busca de valorização e reconhecimento da marca, expansão da rede de atendimento e foco no cliente, reforçando seu importante papel para o crescimento econômico e social da região.

Como agente de desenvolvimento, oferece financiamentos com encargos diferenciados para empreendedores de todos os portes. A maioria de suas operações está direcionada aos setores produtivos, principalmente, por meio de financiamentos de longo prazo.

Além de exercer o papel de agente financeiro, o Banco atua gerindo fundos e programas de desenvolvimento, incluindo o FNO (Fundo Constitucional do Norte) e o FINAM (Fundo de Investimento da Amazônia).

Como gestor do FNO, possibilita aos minis, micros e pequenos produtores e empresários da Região Norte, o acesso a uma fonte permanente e estável de financiamentos de longo prazo, com encargos diferenciados, resultando no crescimento de postos de trabalho e da geração de renda.

Além do FNO, o BASA também utiliza outras fontes de recursos, como FDA (Fundo de Desenvolvimento da Amazônia), FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) e FMM (Fundo da Marinha Mercante), tornando-se o principal especialista em



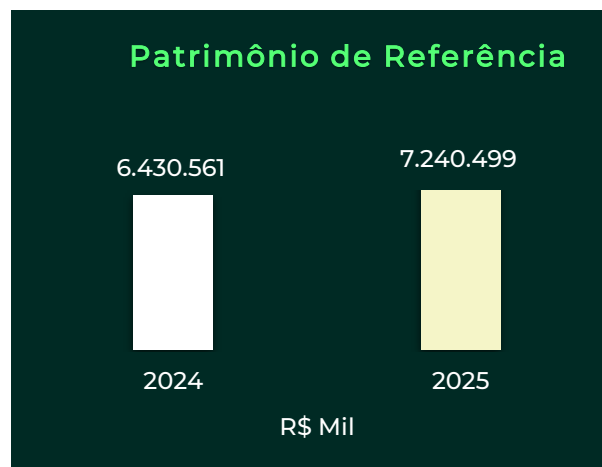
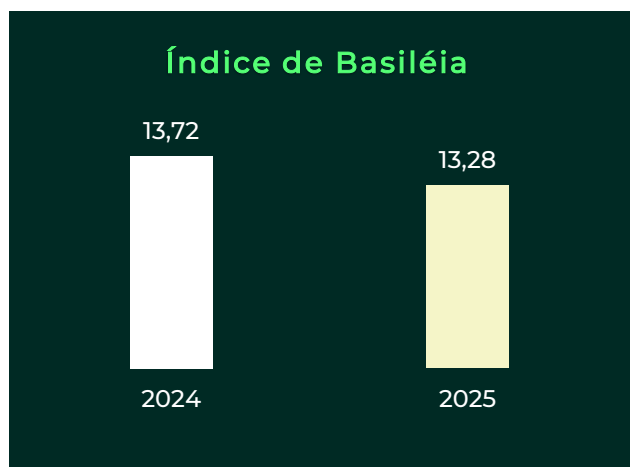
fomento. Opera com as linhas do OGU (Orçamento Geral da União), RO (Recursos Obrigatórios), Fungetur, FINEP, ROB, LCA, CPR, RPL, TES, FIDER, PRONAMPE-FGO e com as linhas do BNDES, principalmente nas regiões fora da Região Norte.

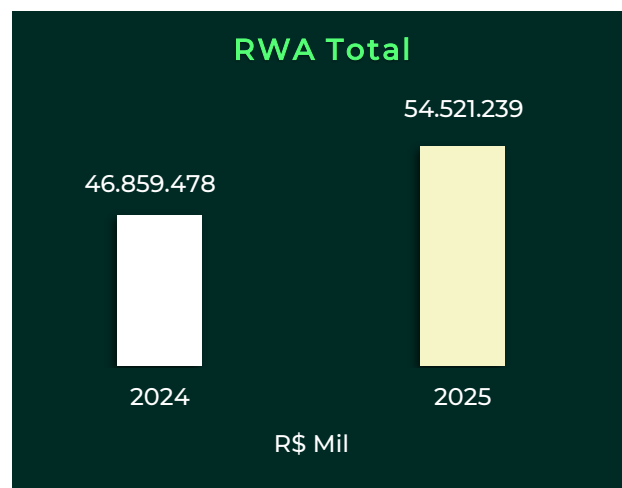
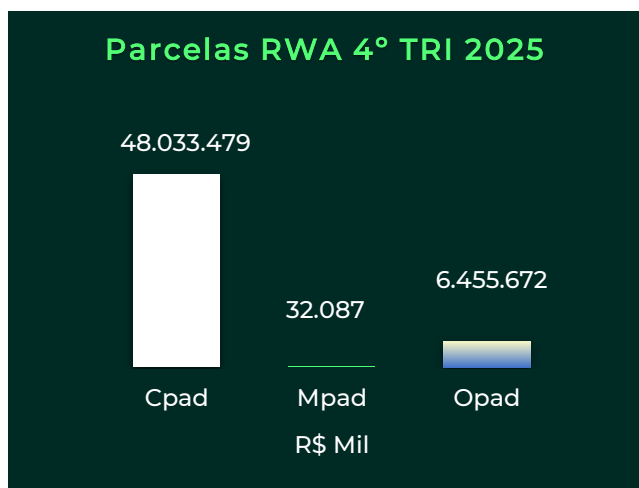
O Banco da Amazônia tem sua área de atuação em todos os nove Estados da Amazônia Legal (Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), além da capital de São Paulo. Apresenta uma estrutura de rede de atendimento formada por 09 Superintendências, 106 Agências Tradicionais, 14 Agências de Negócios e 01 Ponto de Autoatendimento. Assim, forma uma logística de fundamental importância para o desenvolvimento econômico dos empreendimentos rurais e urbanos da Amazônia Legal, que representa 59% do território brasileiro.

## 2 - INDICADORES PRUDENCIAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Banco mantém, permanentemente, o montante de PR, de Nível I e de Capital Principal em valores superiores aos requerimentos mínimos estabelecidos na Resolução CMN 4.958 de 21/10/2021, bem como para suprir a exigência do Adicional de Capital Principal (ACP) instituído por essa mesma Resolução.

A seguir são apresentados os principais indicadores e requerimentos da instituição:





## 2.1 INFORMAÇÕES QUANTITATIVAS SOBRE OS REQUERIMENTOS PRUDENCIAIS

### Tabela KM1 – INFORMAÇÕES QUANTITATIVAS SOBRE OS REQUERIMENTOS PRUDENCIAIS

Frequência: Trimestral

Data-Base: 31/12/2025

	R\$ Mil	<sup>a</sup> 31/12/2025	<sup>b</sup> 31/09/2025	<sup>c</sup> 31/06/2025	<sup>d</sup> 31/03/2025	<sup>e</sup> 31/12/2024
<b>CAPITAL REGULAMENTAR - VALORES</b>		<b>31/12/2025</b>	<b>31/09/2025</b>	<b>31/06/2025</b>	<b>31/03/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
1 Capital Principal		7.240.499	7.361.782	7.117.547	6.594.087	6.430.561
		7.037.859	7.159.142	6.914.907	-	-
1a Capital Principal corresponde à linha 1 deduzindo, conforme aplicável, o valor estabelecido pelo: - art. 4º, caput, inciso I, alínea "i", e §§ 8º e 9º, da Resolução CMN nº 4.955, de 21 de outubro de 2021; ou - art. 3º, caput, inciso I, alínea "i", §§ 8º e 9º, da Resolução BCB nº 199, de 11 de março de 2022.						
2 Nível I		7.240.499	7.361.782	7.117.547	6.594.087	6.430.561
2a Nível I considerando a apuração do Capital Principal conforme linha 1a		7.037.859	7.159.142	6.914.907		
3 Patrimônio de Referência (PR)		7.240.499	7.361.782	7.117.547	6.594.087	6.430.561
3a Patrimônio de Referência (PR) considerando a apuração do Capital Principal conforme linha 1a		7.037.859	7.159.142	6.914.907	-	-
3b Excesso dos recursos aplicados no ativo permanente		-	-	-	-	-



3b1	Excesso dos recursos aplicados no ativo permanente considerando o PR conforme linha 3a	-	-	-	-	-
3c	Destaque do PR	-	-	-	-	-
<b>ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO (RWA) - VALORES</b>						
4	RWA total	54.521.239	51.739.974	50.692.505	47.872.955	46.859.478
4b	RWA corresponde à linha 4 deduzindo, conforme aplicável, o valor referente ao inciso XII do caput do art. 4º ponderado pelo Fator de Ponderação de Risco (FPR) estabelecido no art. 82-A, ambos os comandos da Resolução 229, de 12 de maio de 2022.	54.318.599	51.537.334	50.489.865	-	-
<b>CAPITAL REGULAMENTAR COMO PROPORÇÃO DO RWA</b>						
5	Índice de Capital Principal (ICP) (%)	13,28	14,23	14,04	13,77	13,72
5a	Índice de Capital Principal (ICP) considerando: - Numerador: corresponde à linha 1a - Denominador: corresponde à linha 4b	-	-	-	-	-
6	Índice de Nível 1 (%)	13,28	14,23	14,04	13,77	13,72
6a	Índice de Nível 1, considerando: - Numerador: corresponde à linha 2a - Denominador: corresponde à linha 4b	-	-	-	-	-
7	Índice de Basileia (%)	13,28	14,23	14,04	13,77	13,72
7a	Índice de Basileia, considerando: - Numerador: corresponde à linha 3a - Denominador: corresponde à linha 4b	-	-	-	-	-
<b>ADICIONAL DE CAPITAL PRINCIPAL (ACP) COMO PROPORÇÃO DO RWA</b>						
8	Adicional de Conservação de Capital Principal – ACP Conservação (%)	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5
9	Adicional de Contracíclico de Capital Principal – ACP Contracíclico (%)	-	-	-	-	-
10	Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal – ACP Sistêmico (%)	-	-	-	-	-
11	ACP total (%)	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5
12	Margem excedente de Capital Principal (%)	-	-	-	-	-
12a	Margem excedente de Capital Principal (%) considerando o Capital Principal conforme linha 1a	-	-	-	-	-
<b>RAZÃO DE ALAVANCAGEM (RA)</b>						
13	Exposição total	75.722.867	73.221.835	73.481.514	69.157.536	66.467.981
13a	Exposição total corresponde à linha 13 deduzindo, conforme aplicável, o valor referente ao inciso XII do caput do art. 4º da Resolução 229, de 12 de maio de 2022.	75.520.227	73.019.195	73.278.874	-	-



14	RA (%)	9,56	10,08	9,68	9,53	9,67
----	--------	------	-------	------	------	------

RA considerando:

i. Numerador:

14a corresponde à linha 2ª

		9,32	9,80	9,44	-	-
--	--	------	------	------	---	---

ii. Denominador:

corresponde à linha 13a

#### INDICADOR DE LIQUIDEZ DE CURTO PRAZO (LCR)

15	Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
16	Total de saídas líquidas de caixa	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
17	LCR (%)	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

#### INDICADOR DE LIQUIDEZ DE LONGO PRAZO (NSFR)

18	Recursos Estáveis Disponíveis (ASF)	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
19	Recursos Estáveis Requeridos (RSF)	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
20	NSFR (%)	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Fonte: Gerência de Riscos Corporativos - GERIS

O Patrimônio de Referência do Banco da Amazônia fechou o quarto trimestre de 2025 em R\$ 7 bilhões, representando um crescimento de 12,6%, em relação ao mesmo período do ano anterior, que era cerca de R\$ 6,4 bilhões.

O Índice de Basileia atingiu 13,28%, em 31 de dezembro de 2025, mantendo a capacidade de cumprir com os mínimos regulatórios e dar suporte aos negócios da Instituição.

### 3 - VISÃO GERAL DO GERENCIAMENTO DE RISCOS DA INSTITUIÇÃO (OVA)

A estrutura de gerenciamento de riscos e capital do Banco da Amazônia atende ao previsto na Resolução CMN nº 4.557/2017 e se aplica a toda a Instituição, incluindo esferas colegiadas e estratégicas de decisão e ao Diretor de Riscos, Chief Risk Officer – CRO, dispondo de:

- Comitês em níveis táticos e estratégicos, valorizando as decisões colegiadas no âmbito da gestão de riscos e de capital;
- Declaração de Apetite por Riscos (Risk Appetite Statement – RAS);
- Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital que é aplicada em todos os processos corporativos, tendo como objetivo fornecer princípios e diretrizes para a gestão contínua e integrada dos riscos e capital de forma alinhada aos normativos vigentes, ao planejamento estratégico da Instituição, e ao apetite a risco definido. Tem como escopo as diretrizes para gestão dos principais riscos aos quais a Instituição está exposta:

- ✓ Risco de crédito



- ✓ Risco de mercado
- ✓ IRRBB
- ✓ Risco operacional
- ✓ Risco de liquidez
- ✓ Risco cibernético
- ✓ Risco de integridade
- ✓ Risco legal
- ✓ RSAC

- Programa de Testes de Estresse - Análise de Sensibilidade.

### 3.1 GOVERNANÇA EM GESTÃO DE RISCOS E CAPITAL

A estrutura de governança de riscos e capital é composta por Comitês e Unidades que subsidiam o Conselho de Administração (CA), a Presidência e a Diretoria Executiva do Banco na tomada de decisões estratégicas.

**Comitê Estratégico de Crédito, Riscos e de Capital (COERC):** Colegiado de assessoramento estratégico para gestão de riscos e de capital, vinculado ao Conselho de Administração, com independência em relação à Diretoria Executiva e com atribuição, dentre outras, de supervisionar a atuação do CRO e da Diretoria Executiva do Banco, quanto à observância dos termos da RAS.

**Comitê Estratégico Ambiental, Social e de Governança (COASG):** órgão de assessoramento estratégico vinculado diretamente ao Conselho de Administração, atuando em colaboração, mas com independência, em relação à Diretoria Executiva. Propõe políticas, diretrizes e ações estratégicas para o Banco e suas unidades de negócio, avaliando e manifestando-se acerca de políticas, diretrizes e ações estratégicas concebidas pela instituição. Sugere a adoção das melhorias relativas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, ao Planejamento Estratégico, à Governança Corporativa e à manutenção de tais práticas na instituição, devendo propor alterações, atualizações e melhorias, quando necessário.

**Comitê de Gestão Integrada de Crédito, Tesouraria, Riscos e Alocação de Capital (COGEC):** de caráter consultivo e deliberativo, têm por finalidade assessorar a Diretoria Executiva na gestão corporativa de crédito, tesouraria, riscos e alocação de capital e controles internos. A governança no gerenciamento de riscos adota também a abordagem das **três linhas**. Onde:

A primeira linha é representada pelas áreas de negócio e áreas de suporte, são responsáveis por identificar, avaliar, reportar e gerenciar os riscos decorrentes de suas atividades, pela execução dos controles e mitigadores de riscos, e pela definição e implementação de planos de ação para garantir a efetividade do ambiente de controle.

Como parte da segunda linha, a área responsável pelo gerenciamento de riscos (GERIS), fornece expertise complementar, apoio, monitoramento e questionamento quanto ao gerenciamento de riscos, incluindo:



Desenvolvimento, implantação e melhoria contínua das práticas de gerenciamento de riscos nos níveis de processo, sistemas; O atingimento dos objetivos de gerenciamento de riscos, como: conformidade com leis, regulamentos e comportamento ético aceitável; controle interno; segurança da informação e tecnologia; sustentabilidade; gerenciamento de capital.

A terceira linha é representada pela Auditoria Interna.

### 3.2 APETITE A RISCO

O Banco da Amazônia, alinhado aos princípios do Acordo de Basileia e às regulamentações do Banco Central do Brasil, possui sua Declaração de Apetite por Riscos (*Risk Appetite Statement* – RAS), complementando as suas normas internas, seus procedimentos e instrumentos de gestão de riscos, controles e capital.

A RAS declara, em seu corpo, os tipos de riscos considerados relevantes e níveis que a Instituição está disposta a assumir ao desenvolver seus objetivos estratégicos e seus planos de negócios, observando os requerimentos regulatórios determinados pela autoridade competente.

A RAS está vinculada ao planejamento estratégico, ao orçamento e ao plano de capital da entidade e determina para cada risco material o nível máximo dentro do qual o Banco está disposto a operar.

### 3.3 POLÍTICA DE GESTÃO INTEGRADA DE RISCOS E CAPITAL

A Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital do Banco da Amazônia confere visão global da integração entre os diversos riscos e os respectivos reflexos no patrimônio, a qual é aplicada em todos os processos corporativos, tendo como objetivo fornecer princípios e diretrizes para a gestão contínua e integrada dos riscos e capital da Instituição de forma alinhada ao arcabouço legal vigente, ao planejamento estratégico e ao apetite a risco definido.

A Política se propõe a:

- Definir, de forma clara, papéis, atribuições e responsabilidades em todos os níveis hierárquicos para fins de gerenciamento de risco, pautados no modelo das Três Linhas de Defesa.
- Orientar os processos de identificação, mensuração, avaliação, controle, tratamento, monitoramento e reporte dos riscos de crédito, mercado, *Interest rate risk in the banking book* (IRRBB), operacional, liquidez, RSAC, e os demais riscos relevantes.
- Otimizar a alocação de capital, mantendo os níveis de capital compatíveis aos requeridos pelo Banco Central do Brasil (BACEN).
- Minimizar os impactos decorrentes de indisponibilidades de recursos para o funcionamento dos processos.
- Disseminar a cultura de gerenciamento de riscos e de capital em âmbito Institucional.



- Divulgar informações em relatório público contendo a descrição da estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e de capital, bem como o detalhamento da apuração do montante RWA, da adequação do PR, dos indicadores de liquidez.

### 3.4 TESTE DE ESTRESSE

Dispõe de Programa Integrado de Teste de Estresse, importante ferramenta de gerenciamento de riscos que tem por objetivo testar a resiliência do capital da Instituição diante da ocorrência de eventos extremos macroeconômicos ou influência de fatores externos.

O Conselho de Administração tem a responsabilidade final pelo programa de teste de estresse, enquanto a Diretoria Executiva é responsável por sua implementação, gestão e supervisão.

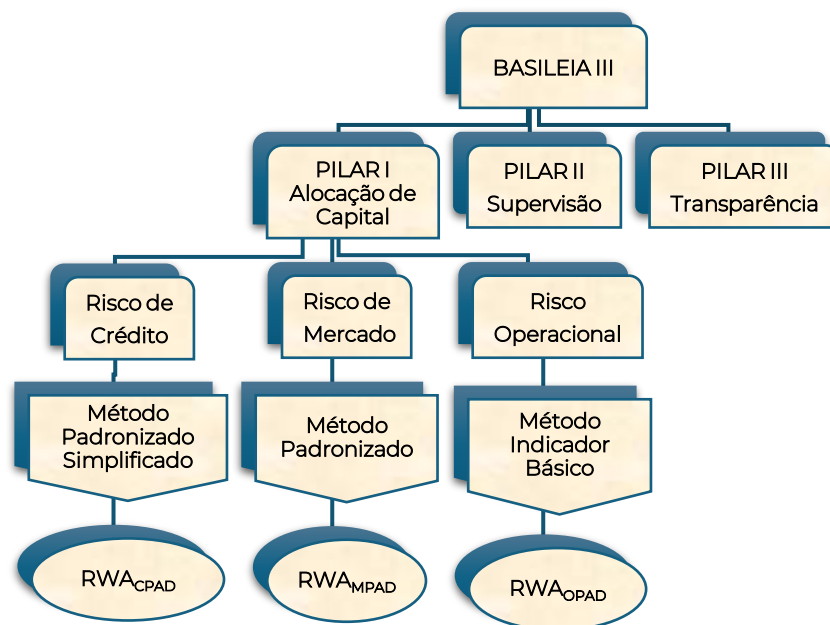
### 3.5 GESTÃO DE CAPITAL

O Banco da Amazônia possui um processo de gestão de capital estruturado e compatível com a complexidade de suas operações e riscos assumidos, que tem por objetivo manter a qualidade, a consistência e a transparência do seu capital, bem como atender aos requisitos regulamentares.

A estrutura de gerenciamento de capital atende ao previsto na Resolução CMN nº 4.557/2017 e permeia as áreas responsáveis pelo orçamento, planejamento, controle e monitoramento de riscos e esferas colegiadas e estratégicas de decisão.

A Instituição dispõe de plano de capital com prospecção de capital para três anos, abrangendo teste de estresse e plano de contingência de capital para subsidiar a gestão e a manutenção do capital nos níveis desejáveis e de acordo com o apetite definido na RAS.

Figura 1 – Modelo utilizado para aferição de risco



Fonte: Gerência de Riscos Corporativos - GERIS

### 3.5.1 PLANO CAPITAL E PLANO CONTINGÊNCIA DE CAPITAL E LIQUIDEZ

O Plano de Capital tem por objetivo manter o Índice de Basileia em patamar superior à exigência regulamentar e está alinhado ao Planejamento Estratégico, sendo aplicado em âmbito institucional, em todos os níveis hierárquicos, a todos os empregados que desenvolvem atividades suscetíveis à gestão de capital.

O referido Plano declara o comprometimento da alta direção do Banco da Amazônia em prover diretrizes estratégicas, competências e o apoio para a gestão de capital.

### 3.5.2 VISÃO GERAL DOS ATIVOS PONDERADOS SOBRE O RISCO RWA

De acordo com a Resolução CMN 4.958, de 21.10.2021, para fins do cálculo dos requerimentos mínimos de capital, deve ser apurado o montante de RWA, obtido pela soma das seguintes parcelas:

$$RWA = RWA_{CPAD} + RWA_{MPAD} + RWA_{OPAD}$$

- $RWA_{CPAD}$  = parcela relativa às exposições ao risco de crédito, calculada segundo abordagem padronizada.
- $RWA_{MPAD}$ : relativa às exposições ao risco de mercado sujeita ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada.
- $RWA_{OPAD}$  = parcela relativa ao capital requerido para o risco operacional, calculada segundo abordagem padronizada.



Tabela OVI – VISÃO GERAL DOS ATIVOS PONDERADOS SOBRE O RISCO RWA

Frequência: Trimestral

Data-Base: 31/12/2025

	a	b	c	d	e	f
	RWA					Requerimento mínimo de PR <sup>1</sup>
R\$ Mil	31/12/2025	30/09/2025	30/06/2025	31/03/2025	31/12/2024	31/12/2025
<b>1</b> <b>Risco de crédito em sentido estrito</b>	48.033.479	45.230.867	43.902.201	41.109.801	39.552.626	3.842.678
2 Do qual: apurado por meio da abordagem padronizada	48.033.479	45.230.867	43.902.201	41.109.801	39.552.626	3.842.678
3 Do qual: apurado por meio da abordagem IRB básica	-	-	-	-	-	-
5 Do qual: apurado por meio da abordagem IRB avançada	-	-	-	-	-	-
<b>6</b> <b>Risco de crédito de contraparte (CCR)</b>	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
7 Do qual: apurado mediante uso da abordagem SA-CCR	-	-	-	-	-	-
7 a Do qual: apurado mediante uso da abordagem CEM	-	-	-	-	-	-
9 Do qual: outros	-	-	-	-	-	-
12 Cotas de fundos não consolidados – ativos subjacentes identificados	-	-	-	-	-	-
13 Cotas de fundos não consolidados – ativos subjacentes inferidos conforme regulamento do fundo	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
14 Cotas de fundos não consolidados – ativos subjacentes não identificados	-	-	-	-	-	-
16 Exposições de securitização contabilizadas na carteira bancária	-	-	-	-	-	-
<b>20</b> <b>Risco de mercado</b>	32.087	53.436	31.620	4.470	5.133	2.567
21 Do qual: requerimento calculado mediante abordagem padronizada (RWAMPAD)	32.087	53.436	31.620	4.470	5.133	2.567
22 Do qual: requerimento calculado mediante modelo interno (RWAMINT)	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>24</b> <b>Risco operacional</b>	6.455.672	6.455.672	6.758.684	6.758.684	7.301.718	516.454
25 I Risco de Pagamentos (RWAsp) Valores referentes às exposições não deduzidas no cálculo do PR						
<b>29</b> <b>Total (1+6+12+13+14+16+20+24+I+25)</b>	54.521.239	51.739.974	50.692.505	47.872.955	46.859.478	4.361.699

Fonte: Gerência de Riscos Corporativos – GERIS

## 4 - RISCO DE MERCADO

O Risco de Mercado é a possibilidade de ocorrência de perda do valor financeiro dos ativos e ou de elevação do valor econômico dos passivos, resultante das flutuações nos valores de mercado das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

### 4.1 INFORMAÇÕES QUALITATIVAS SOBRE O GERENCIAMENTO DO RISCO DE MERCADO (MRA)



As diretrizes institucionais para gestão do Risco de Mercado estão definidas na Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital.

O processo de gerenciamento tem como objetivo mitigar os riscos relativos às operações sujeitas à variação cambial, taxas de juros e índices de preços. A gestão visa monitorar as variações nas cotações desses instrumentos financeiros, para obtenção da melhor relação risco versus retorno.

Os limites de exposição ao Risco de Mercado constam da RAS e são monitorados diariamente e os excessos e violações potenciais são reportados ao COGEC, Comitê de Governança, Riscos e Controles e Comitê Estratégico de Riscos e de Capital.

Os limites de exposição ao risco de mercado, para as carteiras trading e banking estão definidos na RAS. As diretrizes para sua gestão estão na Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital.

#### 4.1.1 Mensuração, Controle e Acompanhamento

Como metodologia de cálculo do risco de mercado, adota-se o método padronizado, o qual divide-se em quatro categorias de risco: Ações, Câmbio, Commodities e Taxas de Juros, abordando cálculos simplificados específicos para cada categoria.

O controle das exposições ao risco de mercado e a mensuração se dão via suporte por sistema dedicado, amparado pela Política de Gestão Integrada de Riscos e Capital e de acordo com limites fixados na RAS.

As informações gerenciais acerca da gestão do risco de mercado, são disponibilizadas ao COGEC, ao Comitê de Governança, Riscos e Controles e ao Comitê Estratégico de Riscos e de Capital.

#### 4.1.2 Análise de Risco de Mercado

A análise de stress e a análise de sensibilidade das posições expostas aos Riscos de Mercado são submetidas a um processo permanente e contínuo com o objetivo de avaliar possíveis perdas em condições extremas de mercado, por meio de medidas aderentes às melhores práticas do mercado financeiro.

Os principais fatores de risco de exposição são: taxas de juros e os índices de preços. Em função da posição conservadora, o Banco mantém alocação de 93,70% de sua carteira de TVM em papéis indexados à SELIC/CDI, indexadores de baixo risco de mercado.

#### 4.1.3 Carteira de Negociação e Não Negociação



Em observância à Resolução BCB nº 111/2021, a classificação dos instrumentos entre carteira bancária (não negociação) e carteira de negociação é realizada no reconhecimento contábil inicial, com base na finalidade do instrumento, em suas características e nos critérios normativos aplicáveis.

Carteira bancária (não negociação): compreende os instrumentos que não atendem aos critérios de inclusão na carteira de negociação e aqueles que, por determinação normativa, devem ser classificados na carteira bancária, tais como: ações não listadas em bolsa; instrumentos designados para futura securitização; participações diretas, ou por meio de derivativos, em bens imóveis; operações de crédito de varejo; cotas de fundos de investimento; derivativos cujo ativo subjacente seja um desses instrumentos; e instrumentos destinados a hedge de posições mantidas na carteira bancária. Excepcionalmente, cotas de fundos com apuração diária e prazo de conversão para pagamento de resgate de até um dia útil podem ser classificadas na carteira de negociação, desde que haja critérios consistentes e passíveis de verificação, com identificação dos ativos subjacentes (look-through) ou acesso ao regulamento do fundo.

Carteira de negociação: compreende os instrumentos mantidos para revenda no curto prazo, obtenção de ganhos decorrentes de flutuações de curto prazo em preços, realização de arbitragem ou proteção (hedge) de posições da própria carteira de negociação. Também integram essa carteira, entre outros, os instrumentos classificados contabilmente na categoria valor justo no resultado, os decorrentes da atividade de formador de mercado, as cotas de fundos não classificadas na carteira bancária, as ações listadas em bolsa, as operações compromissadas e similares, as opções e opcionalidades automáticas embutidas, além das posições enquadradas nos critérios específicos dos arts. 5º e 6º da Resolução BCB nº 111/2021.

#### 4.1.4 Análise de sensibilidade de TVM

A análise de sensibilidade das posições expostas ao Risco de Mercado é realizada rotineiramente, avaliando as posições da Instituição em condições extremas no cenário econômico. Para tal, são utilizados três cenários.

No primeiro, verifica-se os resultados projetados de MtM (Marcação à Mercado) no cenário normal de mercado, no segundo, verifica-se um cenário em condições de estresse de 25% dos indicadores utilizados para projeção de VaR e, por último, utiliza-se um estresse de 50%.

No cálculo do estresse, o Banco utiliza como parâmetros de referência as curvas de mercado: Cupom-BMF/IGPM, Cupom-BMF/IPCA, Cupom-IGPM/NTN-AMBIMA, Cupom sujo USD, Cupom TR, PRÉ, USD BRL.

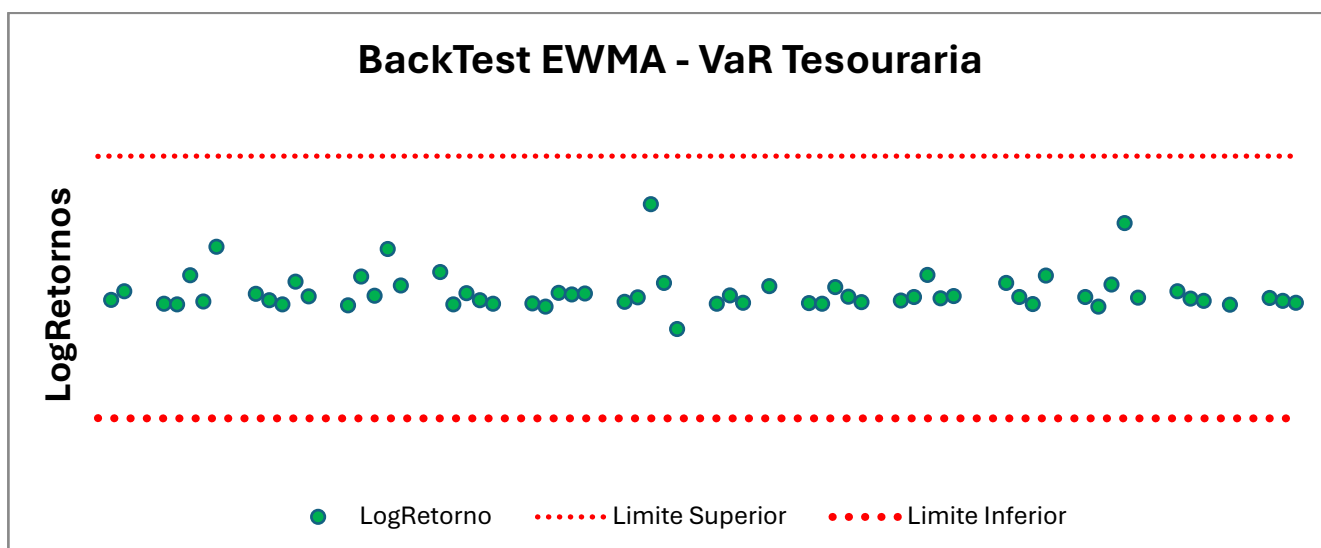
Os níveis de estresse de 25% e 50% atribuídos ao modelo estão em conformidade com o requerido pela Resolução BACEN nº 02/2020.

#### 4.1.5 Validação do Modelo de Risco de Mercado – BackTest

A metodologia das médias móveis exponenciais ponderadas (EWMA) indica que o VaR Tesouraria do Banco está dentro dos limites estipulados pela metodologia das médias, a qual admite que, para cada 100 informações, 5 estejam fora do intervalo.

O modelo utilizou 64 observações, não foram identificadas extrapolações aos limites superior e inferior, dentro de uma margem de até 5%. Sendo que a volatilidade ocorrida para os dados da tesouraria, no trimestre, não foi suficiente para sensibilizar o gráfico EWMA, que considera as grandes variações de retorno dos dados. Ante tal resultado, infere-se que o modelo se encontra dentro dos parâmetros permitidos. Conforme Gráfico 1.

**Gráfico 01: Modelo EWMA – LogRetorno do VaR**



Fonte: Gerência de Riscos Corporativos - GERIS

#### 4.2 ABORDAGEM PADRONIZADA: FATORES DE RISCO ASSOCIADOS AO RISCO DE MERCADO

Tabela MR1: ABORDAGEM PADRONIZADA – FATORES DE RISCO ASSOCIADOS AO RISCO DE MERCADO

Frequência: Trimestral

Data-Base: 31/12/2025

	R\$ Mil	31/12/2025 RWAMPAD
1 Taxas de juros		798
1a Taxas de juros prefixada denominadas em Real (RWAJUR1)		798
1b Taxas dos cupons de moeda estrangeira (RWAJUR2)		-



1c	Taxas dos cupons de índices de preço (RWAJUR3)	-
1d	Taxas dos cupons de taxas de juros (RWAJUR4)	-
2	Preços de ações (RWAACS)	2.831
3	Taxas de câmbio (RWACAM)	6.349
4	Preços de mercadorias (commodities) (RWACOM)	-
5	Risco de Crédito da Contraparte em Derivativos (RWACVA)	22.109
<b>9</b>	<b>Total</b>	<b>32.087</b>

Fonte: Gerência de Riscos Corporativos - GERIS

## 5 - RISCO DE CRÉDITO

Conforme estabelece a Resolução CMN 4.557, de 23.02.2017, o risco de crédito é a possibilidade de perdas financeiras que ocorrem quando uma contraparte não cumpre suas obrigações conforme pactuado, quando há deterioração da qualidade creditícia que afeta o valor e o retorno de instrumentos financeiros, durante a reestruturação de instrumentos financeiros, ou devido aos custos e esforços necessários para recuperar valores de ativos problemáticos.

### 5.1 INFORMAÇÕES QUALITATIVAS SOBRE O GERENCIAMENTO DO RISCO DE CRÉDITO (CRA)

#### (a) Reflexo do modelo de negócios no perfil de risco de crédito

O Banco da Amazônia S.A. atua como instituição financeira de economia mista, exercendo papel estratégico como agente de desenvolvimento regional e banco comercial, com atuação orientada ao financiamento de atividades produtivas e sustentáveis na Amazônia Legal.

Nesse contexto, destaca-se a gestão de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), voltados ao apoio de setores estratégicos, como agronegócio, infraestrutura, comércio e serviços, com ênfase em micro, pequenas e médias empresas, contribuindo para a inclusão financeira e o desenvolvimento econômico regional.

Além do FNO, o Banco da Amazônia também utiliza outras fontes de recursos, como FDA (Fundo de Desenvolvimento da Amazônia), FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) e FMM (Fundo da Marinha Mercante), tornando-se o principal especialista em fomento. Opera com as linhas do OGU (Orçamento Geral da União), RO (Recursos Obrigatórios), Fungetur, FINEP, ROB, LCA, CPR, RPL, TES, FIDER, PRONAMPE-FGO e com as linhas do BNDES, principalmente nas regiões fora da Região Norte.

O Banco da Amazônia tem sua área de atuação em todos os nove Estados da Amazônia Legal (Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia,



Roraima e Tocantins), além da capital de São Paulo. Apresenta uma estrutura de rede de atendimento formada por 09 Superintendências, 106 Agências Tradicionais, 14 Agências de Negócios e 01 Ponto de Autoatendimento. Assim, forma uma logística de fundamental importância para o desenvolvimento econômico dos empreendimentos rurais e urbanos da Amazônia Legal, que representa 59% do território brasileiro.

O modelo de atuação do Banco define um perfil de risco de crédito compatível com sua missão institucional, caracterizado por:

- Atuação regional especializada, que proporciona elevado conhecimento das dinâmicas econômicas locais e maior capacidade de avaliação de risco contextualizado;
- Diversificação setorial dentro dos segmentos prioritários de desenvolvimento, com acompanhamento contínuo das exposições e adoção de limites compatíveis com o apetite a risco;
- Operações estruturadas e, em sua maioria, suportadas por garantias, mecanismos mitigadores e instrumentos de acompanhamento;
- Relacionamento próximo com clientes, permitindo melhor compreensão da capacidade de pagamento e acompanhamento mais efetivo das operações.

Dessa forma, o gerenciamento do risco de crédito é conduzido de maneira aderente às especificidades do modelo de negócios, com utilização de metodologias próprias, monitoramento contínuo e integração de análises setoriais, regionais e macroeconômicas, assegurando alinhamento entre a estratégia institucional e a adequada gestão dos riscos assumidos.

#### (b) Políticas, Estratégias e Limites de Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito está fundamentada na Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital e na Declaração de Apetite por Riscos (RAS), aprovadas pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, em conformidade com as diretrizes do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

A definição das estratégias, políticas e limites de risco de crédito considera o Planejamento Estratégico da instituição, o modelo de negócios e a atuação como agente de desenvolvimento regional, assegurando o equilíbrio entre a promoção do crédito e a sustentabilidade econômico-financeira das operações.

A gestão do risco de crédito é orientada por princípios de prudência, diversificação, integridade e responsabilidade socioambiental, observando, ainda, as diretrizes do Código de Conduta e dos normativos internos da instituição.

Nesse contexto, destacam-se as seguintes diretrizes e práticas:

- Definição de limites de exposição ao risco de crédito, considerando cliente, grupo econômico, setor de atividade e região geográfica;



- Monitoramento da concentração da carteira, com utilização de métricas como o Índice Herfindahl-Hirschman (HHI);
- Estabelecimento de limites de inadimplência, em linha com a Declaração de Apetite por Riscos (RAS);
- Utilização de modelos internos de classificação de risco (rating) para suporte à concessão, precificação e gestão do crédito;
- Adoção de critérios técnicos e padronizados para concessão de crédito, considerando capacidade de pagamento, fluxo de caixa, endividamento, garantias e condições macroeconômicas e setoriais;
- Realização de testes periódicos de aderência dos modelos de risco, com vistas à avaliação de sua capacidade preditiva;
- Execução de testes de estresse da carteira de crédito, considerando cenários macroeconômicos adversos;
- Monitoramento contínuo da qualidade da carteira, incluindo análise de migração entre classes de risco e acompanhamento de indicadores de inadimplência;
- Mensuração e acompanhamento das provisões para perdas esperadas, em conformidade com a regulamentação vigente.

Adicionalmente, o Banco adota a classificação das operações de crédito em estágios de risco, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/2021, como instrumento central para avaliação da deterioração da qualidade do crédito ao longo do tempo. As exposições são classificadas em Estágio 1, Operações sem deterioração significativa no risco de crédito desde a sua contratação e/ou com atraso até 30 (trinta) dias, com cálculo de perda esperada para os próximos 12 meses; Estágio 2, Operações com deterioração significativa do risco de crédito desde a sua contratação e/ou com atraso superior a 30 (trinta) dias e até 90 (noventa) dias, com cálculo de perda esperada para o prazo restante das operações; e Estágio 3, o ativo financeiro é caracterizado como “Ativo Problemático”, quando há um atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento do principal e encargos; ou se houver algum indicativo de que a obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

Essa abordagem permite a identificação tempestiva da deterioração do risco de crédito, subsidiando o monitoramento contínuo da carteira, a revisão de estratégias de concessão e acompanhamento, bem como a adoção de medidas de mitigação, incluindo reestruturações, reforço de garantias e intensificação das ações de cobrança, em alinhamento com o apetite a risco da instituição.

O Banco também utiliza mecanismos de mitigação de risco, tais como garantias reais e fidejussórias, cláusulas contratuais específicas e acompanhamento contínuo das operações, contribuindo para a preservação da qualidade da carteira e a adequada relação risco-retorno.



### (c) Estrutura de Gerenciamento do Risco de Crédito

A estrutura de gerenciamento do risco de crédito está inserida no modelo integrado de gestão de riscos da instituição, sendo exercida com base no conceito de três linhas de defesa, no qual cada linha desempenha papel distinto e complementar na estrutura de governança.

A **primeira linha** é composta pelas áreas de negócio, responsáveis pela originação, análise, concessão e acompanhamento das operações de crédito, assegurando o cumprimento das políticas, normas e procedimentos internos, bem como a adequada identificação e gestão dos riscos inerentes às suas atividades.

A **segunda linha** é representada pelas áreas de gerenciamento de riscos, controles internos e conformidade, que atuam de forma independente das áreas de negócio, com papel de supervisão, definição de diretrizes, metodologias e limites de risco, além do monitoramento contínuo da qualidade da carteira e da aderência ao apetite por riscos. Essas unidades também exercem função de avaliação e acompanhamento dos controles internos, verificando a conformidade dos processos de crédito com a regulamentação vigente e com os normativos institucionais, bem como atuam de forma consultiva junto às áreas operacionais, promovendo o aprimoramento contínuo das práticas de gestão de riscos.

A **terceira linha**, exercida pela auditoria interna, é responsável por fornecer avaliações independentes, objetivas e periódicas sobre a efetividade da estrutura de gerenciamento de riscos e dos controles internos, incluindo o risco de crédito. Essa atuação contempla a revisão sistemática das atividades das demais linhas de defesa, com foco na aderência às políticas, à regulamentação aplicável e na efetividade dos controles, bem como na identificação de oportunidades de melhoria e no fortalecimento contínuo da governança.

A estrutura de gerenciamento do risco de crédito, integrada às funções de controles internos, conformidade e auditoria interna do Banco da Amazônia, está alinhada às características do modelo de negócios da instituição, refletindo a complexidade de suas operações e a natureza de sua atuação como agente de desenvolvimento. Essa integração fortalece o processo decisório, assegura a consistência na aplicação das diretrizes de risco e contribui para a efetividade dos mecanismos de controle e monitoramento, promovendo a adequada gestão dos riscos assumidos.

### (d) Relação entre a estrutura de gerenciamento do risco de crédito, a política de conformidade e a atividade de auditoria interna

A gestão do risco de crédito é conduzida de forma integrada às funções de conformidade, controles internos e auditoria interna, assegurando aderência às normas regulatórias, às políticas institucionais e ao apetite por riscos.

As funções de conformidade e controles internos atuam no monitoramento contínuo dos processos de concessão, acompanhamento e recuperação de crédito, verificando sua aderência às diretrizes do Banco Central do Brasil e aos normativos



internos, bem como contribuindo para o aprimoramento dos controles e mitigação de riscos.

A auditoria interna exerce papel independente na avaliação da efetividade da estrutura de gerenciamento do risco de crédito, por meio de revisões periódicas baseadas em risco, contemplando a aderência normativa, a efetividade dos controles e a confiabilidade das informações. Os resultados são reportados à Alta Administração e aos órgãos de governança, com recomendações para o aprimoramento contínuo dos processos.

(e) Escopo e principais tópicos de gerenciamento do risco de crédito incluídos nos relatórios gerenciais para o conselho de administração, o comitê de riscos e a diretoria da instituição.

O Banco dispõe de um conjunto estruturado de relatórios gerenciais, destinados ao monitoramento contínuo do risco de crédito e ao suporte à tomada de decisão pelos órgãos de governança.

Os relatórios contemplam, entre outros:

- Indicadores de qualidade da carteira, como inadimplência (INAD90) e ativos problemáticos;
- Mensuração de perdas esperadas, com base em parâmetros como Probabilidade de Inadimplência (PD), Exposição no Momento da Inadimplência (EAD) e Perda Dada a Inadimplência (LGD);
- Análise de migração de estágios de risco (Estágios 1, 2 e 3), conforme a Resolução CMN nº 4.966/2021;
- Monitoramento da concentração de crédito por setor, cliente e região;
- Acompanhamento do cumprimento dos limites estabelecidos na RAS.

Essas informações são reportadas periodicamente à Diretoria Executiva, ao Comitê de Riscos e ao Conselho de Administração, assegurando transparência, tempestividade e suporte à gestão estratégica do risco de crédito.

## 5.2 QUALIDADE CREDITÍCIA DAS EXPOSIÇÕES (CR1)

Tabela CR1 – QUALIDADE CREDITÍCIA DAS EXPOSIÇÕES

Frequência: Semestral

Data-Base: 31/12/2025

Qualidade creditícia das exposições

Em R\$ milhões

31/12/2025

---

Valor bruto:



	Exposições caracterizadas como ativos problemáticos (a)	Exposições não caracterizadas como ativos problemáticos (b)	Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar (c)	Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar dos quais: RWACPAD (d)	Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar dos quais: RWACIRB (f)	Valor Líquido (a+b-c) (g)
Concessão de crédito	4.386	50.569	3.752	-	-	51.203
Títulos de dívida	-	-	-	-	-	-
dos quais: títulos soberanos nacionais	-	-	-	-	-	-
dos quais: outros títulos	-	-	-	-	-	-
Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	16.455	-	-	-	-	16.455
<b>Total</b>	<b>20.841</b>	<b>50.569</b>	<b>3.752</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>67.657</b>

Fonte: Gerência Executiva de Contadoria – GECON

### 5.3 MUDANÇAS NO ESTOQUE DE OPERAÇÕES EM CURSO NORMAL

Tabela CR2 – MUDANÇAS NO ESTOQUE DE ATIVOS PROBLEMÁTICOS

Frequência: Semestral  
Data-Base: 31/12/2025

Mudanças no estoque de ativos problemáticos	
Em R\$ milhões	Total
Valor das exposições classificadas como ativos problemáticos ao final do período anterior (30/06/2025)	3.511
Valor das exposições que passaram a ser classificadas como ativos problemáticos no período corrente	1.376
Valor das exposições que deixaram de ser caracterizadas como ativos no período corrente	-501
Valor da baixa contábil por prejuízo	-
Outros ajustes	-
<b>Valor das exposições classificadas como ativos problemáticos no final do período corrente (30/06/2025)</b>	<b>4.386</b>

Fonte: Gerência de Gestão, Cobrança e Reestruturação de Crédito – GECRE

### 5.4 INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE A QUALIDADE CREDITÍCIA DAS EXPOSIÇÕES (CRB)

Tabela CRB – Informações Adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições

Frequência: Anual  
Data-Base: 31/12/2025

(e) - Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições

Total Exposições por setor econômico		31/12/2025
Em R\$ milhões		Valor
Seção CNAE		
Agricultura, pecuária e serviços relacionados		1
Agronegócio e insumos vegetais		12.230
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação		45
Alimentos e bebidas		1.161



Alojamento e alimentação	0
Artes, cultura, esporte e recreação	0
Automotivo	834
Calçados	27
Comércio atacadista	1.392
Comercio e serviços em geral	3.045
Comércio varejista	1.802
Construção	1.970
Educação	113
Fabricação de outros produtos industriais	100
Financeiro	792
Geração de energia elétrica	2.082
Indústrias de transformação	207
Indústrias extrativas	64
Indústrias extrativas mineral	1
Madeireiro	256
Metalurgia e siderurgia	382
Outras atividades em geral	84
Papel e celulose	14
Pecuária	17.496
Publico	0
Químico	451
Reciclagem	28
Saúde	706
Serviço	1.923
Serviço técnico-especializado	822
Tecnologia e inovação	142
Telecomunicação	37
Textil e confecções	219
Transmissão de energia elétrica	4.032
Transporte	2.499
<b>Total</b>	<b>54.955</b>

#### Total das Exposições por região

31/12/2025

Em R\$ milhões

Região	Valor
Centro-Oeste	1.881
Nordeste	1.953
Norte	51.085
Sudeste	22
Sul	15
<b>Total</b>	<b>54.955</b>

#### Total das Exposições por país

31/12/2025

Em R\$ milhões

País	Valor
Brasil	54.955



Fonte: Gerência de Gestão, Cobrança e Reestruturação de Crédito – GECRE

(f) - Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições

**Total das Exposições classificadas como ativo problemático por Região** 31/12/2025  
em R\$ milhões

Região	Ativos Problemáticos	Valor Provisão	Valor Prejuízo
Centro-Oeste	374	319	0
Nordeste	353	295	0
Norte	3.637	2.998	0
Sudeste	22	19	0
<b>Total</b>	<b>4.386</b>	<b>3.630</b>	<b>0</b>

**Total Exposições classificadas como ativo problemático por País** 31/12/2025  
em R\$ milhões

País	Ativos Problemáticos	Valor Provisão	Valor Prejuízo
Brasil	4.386	3.630	0
<b>Total</b>	<b>4.386</b>	<b>3.630</b>	<b>0</b>

**Total Exposições classificadas como ativo problemático por CNAE** 31/12/2025  
Em R\$ milhões

Seção CNAE	Ativos Problemáticos	Valor Provisão	Valor Prejuízo
Agronegócio e insumos vegetais	978	834	0
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	0	0	0
Alimentos e bebidas	135	112	0
Automotivo	98	78	0
Calçados	3	2	0
Comércio atacadista	120	95	0
Comercio e serviços em geral	477	397	0
Comércio varejista	124	102	0
Construção	216	174	0
Educação	7	6	0
Fabricação de outros produtos industriais	4	3	0
Financeiro	2	2	0
Geração de energia elétrica	117	34	0
Indústrias de transformação	1	1	0
Indústrias extrativas	0	0	0
Madeireiro	28	23	0
Metalurgia e siderurgia	20	15	0
Outras atividades em geral	14	11	0
Papel e celulose	0	0	0
Pecuária	1.589	1.367	0



Químico	74	59	0
Reciclagem	1	1	0
Saúde	57	46	0
Serviço	148	122	0
Serviço técnico-especializado	71	59	0
Tecnologia e inovação	19	15	0
Telecomunicação	2	2	0
Textil e confecções	37	30	0
Transporte	44	37	0
<b>Total Geral</b>	<b>4.386</b>	<b>3.630</b>	<b>0</b>

Fonte: Gerência de Gestão, Cobrança e Reestruturação de Crédito – GECRE

(g) - Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições

**Total Exposições em atraso segmentados por faixa** 31/12/2025

em R\$ milhões

Faixa atraso	Saldo Contábil	Provisão	Saldo Líquido (a-b)
1 a 30 dias	728	108	620
31 a 90 dias	759	252	508
91 a 180 dias	831	676	155
181 a 365 dias	965	819	146
Maior 365	770	697	74
<b>Total</b>	<b>4.054</b>	<b>2.552</b>	<b>1.502</b>

Fonte: Gerência de Gestão, Cobrança e Reestruturação de Crédito – GECRE

(h) - Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições

**Segregação das operações classificadas como reestruturadas, entre aquelas classificadas como ativos problemáticos e as demais** 31/12/2025

em R\$ milhões

Operações Reestruturadas	Valor
Ativos Problemáticos	1.669
Demais	464
<b>Total</b>	<b>2.133</b>

Fonte: Gerência de Gestão, Cobrança e Reestruturação de Crédito – GECRE

(i) - Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições

**Percentual das dez e das cem maiores exposições em relação ao total do escopo definido na tabela CRI** 31/12/2025

em R\$ milhões

Base	Saldo	% Participação
10 Maiores Devedores	5.772	10,50%
100 Maiores Devedores	17.909	32,59%



## 5.5 INFORMAÇÕES QUALITATIVAS SOBRE O GERENCIAMENTO DO RISCO DE CRÉDITO DE CONTRAPARTE (CCR) (CCRA)

O risco de crédito de contraparte (CCR) corresponde à possibilidade de perdas decorrentes do não cumprimento de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam fluxos financeiros bilaterais, incluindo instrumentos financeiros derivativos, operações compromissadas, empréstimos de ativos e demais operações sujeitas a esse tipo de risco, conforme definido na Resolução CMN nº 4.557/2017.

No Banco da Amazônia, o gerenciamento do CCR é realizado de forma integrada ao arcabouço de gestão de riscos e capital, observando a natureza, complexidade e volume das operações da instituição, em linha com seu enquadramento no Segmento S3. As exposições ao CCR concentram-se, principalmente, em operações compromissadas, aplicações interfinanceiras e, eventualmente, instrumentos derivativos utilizados de forma pontual, predominantemente para fins de proteção (hedge).

A definição de limites para exposição ao risco de crédito de contraparte considera a qualidade de crédito das contrapartes, com base em avaliações internas e, quando disponíveis, ratings externos, bem como a natureza, o prazo e a concentração das operações por contraparte e por grupo econômico. Os limites são estabelecidos de forma compatível com o apetite de risco aprovado pela Alta Administração e são objeto de monitoramento contínuo, com revisões periódicas ou sempre que identificadas alterações relevantes no perfil de risco das contrapartes ou nas condições de mercado.

A mensuração do CCR é realizada de forma proporcional à materialidade das exposições da instituição, contemplando o acompanhamento do valor de exposição atual e, quando aplicável, da exposição potencial futura, especialmente em operações sensíveis a variações de mercado. O monitoramento é realizado de forma periódica, com o objetivo de assegurar que as exposições permaneçam em níveis compatíveis com os limites estabelecidos e com a capacidade de gestão da instituição.

A mitigação do risco de crédito de contraparte é realizada principalmente por meio da definição de critérios de elegibilidade de contrapartes, priorizando instituições financeiras com adequada qualidade de crédito, bem como pela imposição de limites operacionais por contraparte e por grupo econômico. Adicionalmente, são observadas práticas prudenciais como a realização de operações com instituições do sistema financeiro, a seleção de instrumentos de baixo risco de crédito e a definição de prazos compatíveis com o perfil das contrapartes, contribuindo para a manutenção das exposições em níveis reduzidos.

Considerando o perfil de atuação do Banco da Amazônia e a natureza de suas operações, não há exposição a contratos que prevejam obrigações de aporte adicional de colaterais em função de rebaixamento de sua classificação de crédito.



## 6 - RISCO DE LIQUIDEZ

Está relacionado à possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

### 6.1 INFORMAÇÕES QUALITATIVAS SOBRE O GERENCIAMENTO DO RISCO DE LIQUIDEZ (LIQA)

Visa monitorar as disponibilidades e as alterações no fluxo de caixa que possam comprometer a instituição de cumprir eficientemente suas obrigações diárias. O Banco mantém processo permanente de monitoramento (análise de stress e análise de sensibilidade) de suas posições de liquidez e estrutura necessária de recursos humanos, orçamentárias e ferramentais, para que seus empregados e gestores atuem de forma preventiva.

A Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital, aprovada pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração, dispõe das diretrizes de gestão.

A Estrutura dispõe de um sistema onde a mensuração, o monitoramento e o controle das exposições ao Risco de Liquidez são calculados diariamente. As exposições ao risco dos ativos e passivos do Banco são apresentadas de forma a evidenciar os descasamentos entre pagamentos e recebimentos, que possam afetar a capacidade de geração de caixa da Instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas (indexadores) e prazos de liquidação dos direitos e obrigações.

#### 6.1.1 Mensuração, Acompanhamento e Controle

O Banco realiza a mensuração e controle das exposições ao Risco de Liquidez com apoio do sistema de Risco de Liquidez, onde são realizadas simulações de condições extremas de liquidez (teste de estresse), testes de aderência que permitam identificar problemas que possam comprometer o equilíbrio financeiro da Instituição. As informações geradas são reportadas à governança por meio de relatórios semanais, quinzenais e trimestrais.

#### 6.1.2 Resultados e Análise de Risco

A premissa básica do gerenciamento do Risco de Liquidez é detectar se o Banco apresentará, em algum período, fluxo negativo que indique necessidade adicional de captação, para evitar uma possível crise de liquidez, ou, se há sobras de liquidez, que possibilite à Instituição redefinir a estratégia de alocação eficiente dos recursos disponíveis.



### 6.1.3 Colchão de Liquidez

Constituído de ativos altamente líquidos para garantir a liquidez necessária às saídas de caixa previstas e inesperadas. Tem composição em títulos públicos federais livres e negociáveis em carteira própria bancada, revendas a liquidar de títulos públicos federais em carteira de terceiros bancada, reservas livres no Banco Central e aplicações em DI de bancos de primeira linha vincendos em até um dia.

## 7 - RISCO OPERACIONAL

### 7.1 INFORMAÇÕES QUALITATIVAS SOBRE O GERENCIAMENTO DO RISCO OPERACIONAL (ORA)

O Risco Operacional é caracterizado como a possibilidade de perdas resultantes de falhas ou inadequações em processos, pessoas, sistemas ou devido a eventos externos. Essa definição abrange também o risco legal associado a inadequações, deficiências e sanções por descumprimento de normas legais nas atividades realizadas pelo Banco. A gestão do risco operacional segue as diretrizes da Resolução CMN/BACEN nº 4.557/2017 e suas alterações.

Sob a alçada do Risco Operacional a Seção II – Do programa de testes de estresse teve inserido o parágrafo VII no art. 17º da resolução 4.557/2017, discorrendo sobre a incorporação dos resultados do programa de testes de estresse no Plano de Recuperação e de Saída Organizada – PRSO. (Redação dada, a partir de 1º/1/2025, pela Resolução CMN nº 5.187, de 28/11/2024.)

O RO decorre de: erro humano, fraude (interna e externa), risco tecnológico, risco cibernético, risco de concentração operacional, risco de corrupção, risco estratégico, risco financeiro/orçamentário, risco de imagem/reputação, risco de lavagem de dinheiro, risco de conformidade, risco de descontinuidade de negócios etc.

Para o efetivo monitoramento dos processos são acompanhados os seguintes indicadores de Risco operacional:

- Fraudes internas;
- Fraudes externas;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a usuários finais, clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição;
- Situações que acarretem a interrupção das atividades da instituição ou a descontinuidade dos serviços prestados, incluindo o de pagamentos; (Redação dada, a partir de 1º/7/2023, pela Resolução CMN nº 5.076, de 18/5/2023.)
- Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI);



- Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades da instituição.

## 7.2 GESTÃO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS (GCN)

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) monitora as ameaças sobre a continuidade dos fluxos de negócio, avalia incidentes, define e testa os protocolos de recuperação dos sistemas, conforme as suas criticidades.

Nesse processo, os Planos de Resposta a Incidentes (PRIs) são documentos que definem os procedimentos e ações que o Banco deve seguir ao enfrentar incidentes como falhas de sistemas ou outros eventos que possam comprometer a disponibilidade de processos e atividades.

O fluxo de atualização e publicação dos PRIs encontra-se em fase de revisão, com perspectivas de integração ao Sistema de normativos do Banco. Do total de 40 PRIs relacionados aos processos críticos, 19 passaram por revisão durante o período em questão.

## 7.3 COMPOSIÇÃO DO INDICADOR DE NEGÓCIOS (BI) (OR2)

Tabela OR2 - Composição do Indicador de Negócios (BI)

Frequência: Anual

Data-Base: 31/12/2025

	BI e componentes	a T	b T-1	c T-2
1	Componente de juros, arrendamento mercantil e participações (ILDC)	1.065.703	-	-
1a	Receita de juros e arrendamento mercantil (II)	5.433.491	4.329.808	3.545.660
1b	Despesa de juros e arrendamento mercantil (IE)	-3.832.238	-2.866.386	-2.082.177
1c	Ativos geradores de juros (IEA)	56.470.720	48.161.828	37.461.158
1d	Receitas de participações (DI)	-	-	-
2	Componente de serviços (SC)	3.225.529	-	-
2a	Receita de serviços (FI)	831.421	794.265	896.078
2b	Despesa de serviços (FE)	-380.064	-458.833	-458.833
2c	Outras receitas operacionais (OOI)	2.587.116	2.262.105	2.305.602
2d	Outras despesas operacionais (OOE)	-1.657.358	-503.700	-668.400
3	Componente financeiro (FC)	12.550	-	-
3a	Resultado líquido da carteira de negociação (NTB)	-	-184	262
3b	Resultado líquido da carteira bancária (NBB)	26.649	10.535	20
4	Indicador de Negócios (BI)	4.303.781	-	-



5	Indicador de Negócios Ponderado (BIC)	516.454	-	-
---	---------------------------------------	---------	---	---

		Divulgação relativa ao BI		
		a	b	c
		T	T-1	T-2
6c	Receitas referentes a serviços de pagamento excluídos do SC	-	-	-
6d	Despesas referentes a serviços de pagamento excluídos do SC	-	-	-

Linhas 6a e 6b excluídas por não serem aplicáveis no Brasil.

Fonte: Gerência de Riscos Corporativos - GERIS

## 7.4 REQUERIMENTO DE CAPITAL PARA O RISCO OPERACIONAL (OR3)

Tabela OR3: REQUERIMENTO DE CAPITAL PARA O RISCO OPERACIONAL

Frequência: Anual

Data-Base: 31/12/2025

		a
1	Indicador de Negócios Ponderado (BIC)	516.454
2	Multiplicador de Perdas Internas (ILM)	1
3	Requerimento de capital para o risco operacional	51.645.374
4	RWA <sub>OPAD</sub>	6.455.672

Fonte: Gerência de Riscos Corporativos - GERIS

## 8 - RISCO SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICO

Os riscos social, ambiental e climático no Banco da Amazônia são gerenciados por meio de diretrizes e procedimentos específicos que visam reduzir a probabilidade de perdas decorrentes de danos ambientais, sociais e climáticos, fortalecendo a sustentabilidade e a resiliência das operações bancárias.

Para isso, o BASA mantém um arcabouço regulatório interno robusto, desenvolvido para identificar, avaliar, mitigar e monitorar os riscos nessas áreas. Esse arcabouço é implementado principalmente nos processos de concessão de crédito e contratação de fornecedores, onde as diretrizes de análise, contratação e acompanhamento são aplicadas em conformidade com normativos específicos de cada setor.

A estrutura normativa do Banco é fundamentada em três instrumentos principais: a Política de Gestão Integrada de Riscos e Capital, a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) e a Norma de Procedimentos (NP) para Aspectos Socioambientais no Crédito e Gerenciamento de



Risco ASG. Complementando essas diretrizes, a Política de Contratações Sustentáveis e o Código de Conduta Ética estabelecem princípios adicionais para o relacionamento com partes interessadas, prevenindo a materialização de riscos socioambientais e climáticos.

A PRSAC, especificamente, define os princípios e diretrizes que orientam o BASA nas ações de sustentabilidade e gestão de riscos social, ambiental e climático, integrando aspectos estratégicos, de governança e econômicos nas operações de financiamento. Essas diretrizes são aplicadas tanto no âmbito institucional quanto nas atividades de concessão de crédito, alinhando as operações do Banco com os compromissos de sustentabilidade.

No processo de concessão de empréstimos e financiamentos, o Banco da Amazônia exige a apresentação de documentos de conformidade legal, como certidões de regularidade ambiental e licenças ambientais pertinentes, assegurando que as operações estejam em alinhamento com a legislação vigente. Para financiamentos rurais, em particular, o BASA segue rigorosamente as diretrizes estabelecidas pelo Manual de Crédito Rural (MCR).

Além disso, toda operação rural passa por uma análise socioambiental realizada com o apoio de uma ferramenta contratada pelo Banco, que integra dados de diferentes bases oficiais e gera relatórios em conformidade com as normas ambientais e internas do BASA. Somente operações específicas, como financiamentos de pesca artesanal dispensados pelo MCR, são isentas desse processo.

Essas práticas demonstram o compromisso do Banco da Amazônia em fortalecer a sustentabilidade e reduzir a exposição a riscos socioambientais e climáticos. Com uma estrutura de governança sólida e instrumentos normativos abrangentes, o BASA reafirma seu papel na preservação ambiental e na responsabilidade social, promovendo o desenvolvimento sustentável na região em que atua.

## 9 – IRRBB

### 9.1 DEFINIÇÕES - IRRBB

O IRRBB é o risco atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

A carteira bancária compreende todas as operações da Instituição não classificadas na carteira de negociação, como a carteira de crédito, captação, carteira de ativos até vencimento (CAV) e carteira de ativos disponíveis para venda (CDV). A carteira bancária também pode incluir operações de hedge que são destinadas a proteger a Instituição de riscos decorrentes de fortes volatilidades decorrentes de risco de mercado.

As diretrizes institucionais para gestão do Risco de IRRBB estão definidas na Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital. O processo de gerenciamento tem como objetivo mitigar os riscos relativos às operações sujeitas à variação das



taxas de juros. O gerenciamento visa monitorar as variações nas cotações desses instrumentos financeiros, para obtenção da melhor relação risco versus retorno. Os limites de exposição ao Risco IRRBB constam na RAS e são monitorados diariamente, os excessos e violações potenciais são reportados ao COGEC, Comitê de Governança, Riscos e Controles e Comitê Estratégico de Riscos e de Capital.

## 9.2 GERENCIAMENTO DO IRRBB.

O gerenciamento do IRRBB exigido pelas Resolução 4.557/2017 e Circular nº 3.876, as quais definem seu conceito, as principais diretrizes para sua gestão, já estão contemplados na Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital, e seus limites na RAS.

A análise de stress e a análise de sensibilidade das posições expostas aos Riscos de IRRBB são submetidas a um processo permanente e contínuo com o objetivo de avaliar possíveis perdas em condições extremas de mercado, por meio de medidas aderentes às melhores práticas do mercado financeiro.

A instituição adota modelo de abordagens padronizadas definidas pela Circular BACEN nº 3.876/18 para apurar:

1.  $\Delta$ EVE - O valor econômico da carteira banking é calculado pela somatória dos valores presente dos fluxos de caixa futuros. Ou seja, descontam-se os fluxos de caixa futuros pela curva de mercado. Para calcular a sensibilidade do valor a mercado  $\Delta$ EVE, aplica-se um choque na curva de juros e somam-se novamente os fluxos de caixa a valor presente. A sensibilidade é dada pela diferença entre os valores econômicos.
2.  $\Delta$ NII - Para o cálculo da margem financeira, normalmente se define um período de um ano para análise dos fluxos de caixa. Assim, se calcula a margem financeira do portfólio, levando em consideração a receita de juros dos ativos e as despesas de juros dos passivos, para o período determinado. Posteriormente, choca-se a curva de mercado e recalcula-se a margem utilizando-se as mesmas premissas. A sensibilidade é dada pela diferença entre as margens financeiras encontradas.
3. Perdas e Ganhos embutidos é o somatório das diferenças entre o valor contábil e o valor econômico de cada operação da carteira bancária. Se o valor econômico for maior que o valor contábil, tem-se um ganho embutido, caso contrário, tem-se uma perda embutida.

O Banco da Amazônia, enquadrado como S3, na forma da Res. CMN nº 4.553/17, utiliza os cenários de choque de taxa de juros, definidos como paralelo de alta e como paralelo de baixa pelo Art. 11 da Circular BACEN nº 3.876, de 31.01.2018.

O Banco da Amazônia não possui posição em hedge, porém, caso julgue necessário, estrategicamente, lançará mão de operações de hedge com o objetivo de:



- Proteção - contra movimentos adversos de mercados;
- Hedge Accounting - para proteger o spread de operações.

### 9.3 ABORDAGEM PADRONIZADA PARA O CÁLCULO DO IRRBB.

No cálculo do  $\Delta$ EVE e do  $\Delta$ NII, o Banco da Amazônia considera as seguintes premissas:

- Para o  $\Delta$ EVE e  $\Delta$ NII, as margens comerciais e outros componentes de spread foram incluídos nos fluxos de reapreçamento.
- A apuração das taxas de resgate antecipado dos depósitos sem vencimento contratual definido, foram baseadas em estudos estatísticos considerando comportamentos e evoluções históricas e safras de cada produto.
- Em relação às taxas de pré-pagamento em operações de crédito e resgate antecipado de depósito a prazo, verificou-se por meio de estudo específico, com base no comportamento histórico de safras de produtos de crédito e de captação (com vencimento contratual definido), que não são relevantes essas opcionalidades comportamentais para o Banco.
- O BASA não adota nenhum método de agregação de fatores de risco a estrutura de correlações entre curvas de juros utilizada.
- Prazo médio de reapreçamento atribuída aos depósitos sem vencimento contratual definido: 360 dias úteis.
- Prazo máximo de reapreçamento atribuída aos depósitos sem vencimento contratual definido: 1260 dias úteis.

Tabela IRRBBI – Informações quantitativas IRRBB

Frequência: Semestral

Data-Base: 31/12/2025

Informações Relativas ao IRRBB				
Em R\$ mil				31/12/2025
Valores em R\$	$\Delta$ EVE		$\Delta$ NII	
Data-base	T	T-1	T	T-1
Cenário paralelo de alta	323.198	244.500		
Cenário paralelo de baixa			95.588	227.346
Cenário de aumento das taxas de juros de curto prazo				
Cenário de redução das taxas de juros de curto prazo				
Cenário <b>steepeneer</b>				
Cenário <b>flattener</b>				
<b>Variação máxima</b>	<b>323.198</b>	<b>244.500</b>	<b>95.588</b>	<b>227.346</b>
Data-base	T		T-1	
<b>Nível I do Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>7.240.499</b>		<b>6.880.303</b>	

Fonte: Gerência de Riscos Corporativos – GERIS

Para o cálculo do nível do IRRBB na alocação de capital, o Banco utiliza a soma ponderada das componentes  $\Delta$ EVE e  $\Delta$ NII, com pesos de 20% e 80%,



respectivamente. Na comparação entre 2025 e 2024, observa-se elevação da métrica  $\Delta$ EVE, que passou de R\$ 244.500 mil para R\$ 323.198 mil, representando variação de 32,2%, mantendo-se o cenário paralelo de alta de juros como aquele de maior perda nessa dimensão.

Em sentido oposto, a métrica  $\Delta$ NII apresentou redução relevante, passando de R\$ 227.346 mil para R\$ 95.588 mil, o que corresponde a decréscimo de 58,0%, permanecendo o cenário paralelo de baixa de juros como o de maior impacto para essa métrica. Esse movimento decorre da combinação entre a redução da perda em NII MtM no cenário adverso, de R\$ 619.181 mil em 2024 para R\$ 542.820 mil em 2025, e o aumento do efeito compensatório do NII Accrual, de R\$ 391.835 mil para R\$ 447.232 mil no mesmo período.

É importante destacar que, embora o nível do IRRBB apurado na data-base de 31/12/2025 tenha apresentado redução em relação a 31/12/2024, passando de R\$ 230.777 mil para R\$ 141.110 mil, a análise da trajetória ao longo do exercício revela comportamento distinto. Em 2025, o nível médio do IRRBB foi de R\$ 215.733 mil, superior em 39% à média observada em 2024, de R\$ 154.842 mil. Enquanto em 2024 o indicador apresentou trajetória predominantemente ascendente, com variação média mensal positiva de 7,09%, em 2025 observou-se movimento de desaceleração ao longo do ano, com variação média mensal de -2,97%, evidenciando redução gradual da exposição no decorrer do período. Ainda assim, o indicador permaneceu em conformidade com o limite estabelecido na RAS do Banco, de 7,5% do PR Nível I, demonstrando que a exposição ao IRRBB se manteve dentro do apetite por risco definido pela Instituição.

## 10 INFORMAÇÕES QUALITATIVAS SOBRE O GERENCIAMENTO DE RISCO DAS EXPOSIÇÕES DE SECURITIZAÇÃO (SECA)

A Instituição não possuía, na data-base deste relatório, exposições de securitização com materialidade que ensejassem divulgação no âmbito da tabela SECA. Não obstante, mantém estrutura de governança, políticas, procedimentos e controles internos voltados à identificação, avaliação, monitoramento e ao adequado tratamento prudencial e contábil de eventuais operações dessa natureza.

Adicionalmente, a Instituição dispõe de procedimentos para análise da efetiva transferência de riscos, retenção de exposições, tratamento contábil, eventual suporte implícito e respectivos impactos prudenciais associados a operações de securitização, de modo a assegurar aderência tempestiva aos requisitos regulatórios caso venham a ser realizadas operações dessa natureza em períodos futuros.



banco da

amazônia